

IELB 2017

Vou viver e anunciar o que o Senhor tem feito!

Na vida como herdeiro da Reforma

- *Somente a Escritura revela o Deus de amor (Sola Scriptura)*
- *Somente por graça o ser humano é justificado diante de Deus (Sola Gratia)*
- *Somente pela fé ele recebe o perdão em Cristo (Sola Fide)*

1. Somente a Escritura revela o Deus de amor (***Sola Scriptura***)

“Deus é um só” “Todas as religiões levam a Deus.” Estas expressões e outras semelhantes a essas são bem conhecidas. A própria realidade observável, porém, aponta o equívoco dessas afirmações. Se observarmos os deuses falsos que a humanidade já cultuou e os que ainda cultua, perceberemos que há uma grande diversidade de conceitos a respeito da divindade. A partir daí, surge a pergunta: Qual é a fonte desses conceitos variados? De onde se tem a informação descritiva desses deuses? A resposta óbvia é: esses deuses são produtos da mente e da imaginação humana.

O ser humano decaído sabe em seu íntimo que Deus existe (Rm 1.18ss). Mas aquilo que era um pleno conhecimento de Deus quando o ser humano possuía a imagem divina intacta, degenerou num conhecimento vago e difuso após a queda. A miopia espiritual conduz agora o ser humano a confundir o Criador com a criatura. Resulta daí a criação de deuses exigentes, ferozes e vingativos ou de deuses distantes e indiferentes que pouco se importam com o que o ser humano faz ou sofre aqui na terra.

Diferente é o caso com o Deus que os cristãos invocam e adoram. Esse Deus não é produto humano e não resulta de busca ou investigação humana. Ele próprio se aproxima do ser humano e revela sua identidade. Essa revelação do único Deus verdadeiro encontra-se na Escritura Sagrada.

O autor de Hebreus lembra aos seus leitores de que, no passado, Deus havia “falado, muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas” (Hb 1.1). Mas, quando chegou a plenitude do tempo, Deus revelou sua vontade e seu propósito em relação a nós de maneira completa e perfeita pelo seu Filho “que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser” (Hb 1.3).

Ainda no primeiro século da era cristã, a palavra de Jesus e de seus apóstolos foi fixada de forma escrita. Nós, hoje, não ouvimos mais a pregação oral de Cristo e dos apóstolos. Para nós, por isso, há uma identidade entre Palavra de Deus e Escritura Sagrada.

A Escritura Sagrada tem a dupla autoridade de nos conduzir à fé e de nos servir de parâmetro para podermos decidir o que é e o que não é ensino correto a respeito de Deus. Dessa forma, respeitamos a distinção estabelecida na Fórmula de Concórdia “entre a Sagrada Escritura do Antigo e do Novo Testamento e todos os demais escritos, ficando

somente a Escritura Sagrada como o único juiz, regra e norma de acordo com que, como única pedra de toque, todas as doutrinas devem e têm de ser discernidas e julgadas quanto a serem boas ou más, corretas ou incorretas” (FC, Ep, da suma, 7). A Escritura tem essa autoridade e poder porque ela não consiste em meras palavras humanas, mas unido ao sentido de suas palavras está o poder do Espírito Santo que, por meio da Palavra, nos ilumina espiritualmente e atrai ao Evangelho da salvação em Cristo.

Muitas vezes, alegou-se que a Escritura é um livro obscuro e difícil de entender e que, por isso, faz-se necessária a interpretação pela autoridade da Igreja. Por isso, também, em certas ocasiões, se interditou sua leitura por parte dos leigos, pois estes, argumentava-se, poderiam originar heresias a partir de uma leitura mal digerida. Lutero, porém, declara num de seus escritos: “Os evangelhos não são tão obscuros que eles não pudessem ser acessíveis aos meninos” (Osel. 3, 189). E, no seu debate com Erasmo, Lutero rebate a tese da obscuridade da Escritura dizendo: “Admito, por certo, que nas Escrituras há muitas passagens obscuras e abstrusas, não por causa da majestade dos assuntos, mas por causa da ignorância em matéria de vocabulário e gramática. No entanto, elas absolutamente não impedem o conhecimento de todas as coisas nas Escrituras” (Osel.4, 24). Mais adiante, ele acrescenta: “Pois é preciso que isto esteja estabelecido antes de mais nada e sobremaneira firme entre os cristãos: as Sagradas Escrituras são uma luz espiritual, muito mais clara do que o próprio sol, principalmente nas coisas que dizem respeito à salvação ou necessidade” (Id., Ibid, 65).

Muitos cristãos e muitas denominações cristãs certamente concordam que a Bíblia é a Palavra de Deus e não negam sua autoridade, sua eficácia e, até mesmo, sua clareza. Mas muitos desses cristãos e dessas denominações demonstram sérias restrições quando se trata do assunto da suficiência da Escritura, ou seja, do *sola Scriptura*.

O questionamento e a rejeição da suficiência das Escrituras já teve início nos primeiros séculos da história da Igreja. Os gnósticos quiseram suplementá-las com um suposto conhecimento secreto que Jesus teria transmitido apenas ao círculo íntimo de seus discípulos. Os montanistas quiseram acrescentar-lhes suas próprias profecias. A Igreja reagiu fixando o cânone do Novo Testamento, estabelecendo uma Regra de Fé (credo) e colocando o bispo como intérprete autorizado da doutrina cristã. Mas, mesmo dentro da igreja, surgiram teólogos que questionavam a suficiência do texto literal da Escritura. Orígenes, por exemplo, questionou a suficiência da Escritura com sua proposta de um tríplice sentido em cada texto. Mais tarde, Agostinho iria propor uma exegese em que se encontraria quatro sentidos na Escritura. No quinto século, o semipelagiano Vicente de Lérins admitia que a Escritura é completa e suficiente em si mesma, mas que ela necessita da tradição para sua interpretação.

Alguém poderia perguntar: qual é o problema se nem todos têm a mesma opinião sobre a Bíblia ou se nem todos a interpretam da mesma maneira? A resposta simples é que, ao se identificar a Bíblia de forma equivocada, e, ao se interpretá-la de maneira incorreta, perde-se, nesse processo, a verdade de Deus. Perde-se, nada menos, do que a revelação de Deus em Cristo. Um exemplo disso é a polêmica surgida na Alemanha por

ocasião da publicação de uma nova edição da Bíblia em 2012. O conselho da Igreja Evangélica Alemã recusou a inclusão de um trecho do texto introdutório escrito pelo bispo emérito da Igreja Evangélica Luterana Independente em que este afirmava que, do ponto de vista cristão, todos os escritos do Antigo Testamento convergem na pessoa de Cristo, e que os cristãos lêem e entendem o Antigo Testamento a partir do Novo Testamento. O próprio Jesus, porém, afirmou em relação ao Antigo Testamento: “Examinais as Escrituras, porque julgais ter nelas a vida eterna, e são elas mesmas que testificam de mim” (Jo 5,39; cf. Lc 24.27, 44-47).

Martinho Lutero teve pouco contato com a Escritura Sagrada na fase inicial de sua vida. Philip Watson dá a Staupitz o crédito de ter incitado “Lutero a estudar a Bíblia, a conhecê-la capítulo por capítulo e versículo por versículo” (WATSON, 2005, p. 41). Staupitz — superior de Lutero na ordem agostiniana e também seu confessor — orientou, também, a Lutero para que se preparasse para o doutorado em teologia, para que, assim, pudesse substituí-lo na cadeira de Bíblia na Universidade de Wittenberg. Sabemos que foi na função de professor de exegese bíblica que Lutero se aprofundou cada vez mais no conhecimento e na compreensão do significado da revelação de Deus. Além de preparar-se para as preleções, ele lia a Bíblia inteira duas vezes por ano de maneira que, seis anos mais tarde, ele já a havia praticamente memorizado integralmente. Numa de suas Conversas à Mesa, Lutero relatou: “Desde alguns anos, tenho lido toda a Bíblia anualmente por, no mínimo, duas vezes. E se a Bíblia fosse uma árvore enorme e imponente e se todas as suas palavras fossem um raminho, então posso afirmar que me ocupei em sacudir cada um desses raminhos para realmente saber o que estava pendurado neles, para saber o que produziam. E sempre de novo consegui colher mais algumas maçãs ou mais algumas peras” (Apud Wolf, 2011, p 26).

Lutero rejeitou a interpretação alegórica e defendeu a interpretação literal da Escritura. Para ele, a Bíblia é sua própria intérprete — passagens difíceis e obscuras devem ser interpretadas à luz de passagens claras. Para Lutero e a Reforma, a Escritura é o princípio formal — a fonte e norma da doutrina — enquanto que o Evangelho é o princípio material. Tudo, portanto, converge e se resume em Cristo. Pois o Evangelho nada mais é do que a boa nova revelada na Escritura de que Deus enviou seu Filho para nos salvar do diabo, do pecado e da morte e nos conceder perdão, vida e salvação. Por isso, para Lutero, afirmar o “somente a Escritura” equivale a dizer “somente Cristo”. Retoricamente ele pergunta a Erasmo: “Pois que coisa mais sublime pode ainda permanecer oculta nas Escrituras depois que os selos foram rompidos e a lápide foi removida da entrada do sepulcro e depois que foi revelado aquele sumo mistério: Cristo, o Filho de Deus se fez ser humano, Deus é trino e uno, Cristo sofreu por nós e reinará eternamente? Acaso não se conhecem e cantam essas coisas até nas escolas primárias? Se tiras Cristo das Escrituras, que encontrarás nelas ainda?” (Osel. 4, 24). O estudo das Escrituras, portanto, conduziu Lutero à compreensão da graça de Deus.

2. Somente por graça o ser humano é justificado diante de Deus (*Sola Gratia*)

Uma das causas principais de preocupação e angústia para o jovem Lutero era a questão de saber se ele era aceitável perante Deus. Possuidor de uma consciência aguçada e de uma visão clara da pecaminosidade do ser humano perante Deus, ele se perguntava: Como posso saber, com certeza, se Deus me ama ou me odeia? Se ele vai me salvar ou condenar? A imagem mais forte e marcante em sua mente era a de um Deus de ira, um Cristo juiz.

São bastante conhecidos os caminhos que Lutero percorreu em sua busca pelo Deus gracioso — busca que, inclusive, levou-o à drástica decisão de voltar as costas ao mundo e ingressar no mosteiro. Mas aquilo que a princípio lhe parecia ser a solução, foi mais tarde reconhecido por ele próprio como um equívoco. A resposta para o problema humano fundamental é radicalmente diferente daquilo que ele ou qualquer outro ser humano poderia imaginar ou pensar. A resposta revelada pelo próprio Deus, em sua Palavra, foi encontrada por Lutero quando ele (re) descobriu a doutrina da justificação pela fé. Na sua clássica apresentação no artigo quarto da Confissão de Augsburg e de sua Apologia, essa doutrina central da fé cristã é resumida nas palavras: Somos salvos por causa de Cristo, por graça, pela fé.

No seu prefácio à epístola de Paulo aos Romanos, Lutero propõe a seguinte definição: “graça significa propriamente a benevolência ou o favor de Deus que ele tem em si mesmo em relação a nós” (Osel. 8, 132). Graça equivale também aos termos de amor, misericórdia de Deus, ou ao perdão que ele nos concede por causa de Cristo. A compreensão madura da graça divina em Lutero emergiu de passagens bíblicas claras como esta de Paulo: “ Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus testemunhada pela lei e pelos profetas; justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo, para todos [e sobre todos] os que creem; porque não há distinção, pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus” (Rm 3.21-24). A partir dessa e de outras passagens semelhantes, Lutero articula sua compreensão de graça observando a distinção entre Lei e Evangelho:

“A Escritura trata de nosso pecado de duas maneiras: uma vez pela lei de Deus, e outra vez, pelo Evangelho de Deus... A lei trata do pecado com o único fito de revelá-lo, como diz Paulo em Rm 3.20: ‘Pela lei vem o conhecimento do pecado’. Esse conhecimento ensinava duas coisas: a corrupção e a ira de Deus... O Evangelho, por sua vez, trata o pecado de tal modo que o tira, e desse modo segue à lei da maneira mais bela... Pois o Evangelho também prega e ensina duas coisas: a justiça e a graça de Deus. Pela justiça cura a corrupção da natureza... O companheiro dessa fé e justiça é a graça ou a misericórdia, o favor de Deus contra a ira, que é a companheira do pecado, para que todo o que crê em Cristo tenha um Deus propício... A graça, porém, é um bem exterior, um favor de Deus, oposto à ira... Temos, portanto, dois bens do Evangelho contra dois males da lei, o dom em lugar do pecado, a graça em lugar da ira. Portanto segue que estas duas, a graça e a ira, são tais (visto que se encontram fora de

nós) que são derramadas sobre a pessoa toda, de sorte que, quem se encontra sob a ira se encontra inteiramente sob toda a ira, e quem está sob a graça se encontra inteiramente sob toda a graça, porque a ira e a graça visam às pessoas. Portanto, a quem Deus recebe na graça, a este recebe inteiramente, e a quem é favorável, é-lhe favorável inteiramente” (Osel. 3, 163ss).

Nesse texto, portanto, Lutero contrapõe a graça de Deus à sua ira. Ambas são externas a nós. A ira e a graça estão em Deus. Não somos nós que nos aproximamos de Deus e procuramos nos reconciliar com ele, mas nós somos objetos da ação salvadora de Deus. A boa notícia do Evangelho é que Deus se reconciliou conosco sendo nós ainda pecadores e “quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho” (Rm 5.10). Por quê? A resposta é que Deus substituiu sua ira (merecida por nós) por sua graça (imerecida por nós). O conceito bíblico de graça desvia a atenção de nós e a dirige para a ação amorosa de Deus em Cristo. Graça é a disposição favorável de Deus para com os pecadores por causa de Cristo.

O dr. Jack Preus chama a atenção para o fato de que, embora os três grandes *solas* da Reforma tenham sido alvo de polêmica no período posterior, o *sola gratia* foi o mais visado, pois, sempre de novo, pessoas procuraram atribuir a nós algo que pertence essencialmente a Deus (PREUS, 2014, p. 203). O problema, como Preus também reconhece, é, porém, muito mais antigo. Desde muito cedo na história da Igreja se percebem distorções e compreensões errôneas em relação ao conceito da graça divina. Parece que o ser humano pecador tem uma desconfiança inata em relação à ideia de que algo possa ser realmente de graça. Essa desconfiança se expressa, por exemplo, em ditos populares como: “Quando a esmola é muito grande, o santo desconfia”. Por isso, torna-se tanto mais necessário insistir no *sola gratia*. Ao fazê-lo, os reformadores tinham em mira duas distorções ou ensinamentos falsos sobre a graça: o semipelagianismo e o sinergismo.

Dito de maneira simples, o semipelagianismo afirma que o ser humano pode iniciar o processo da salvação, mas precisa da ajuda de Deus para completá-lo. Deus, então, socorre o ser humano fraco concedendo-lhe a graça infusa e, com a ajuda desta, o homem consegue conquistar o mérito necessário para sua salvação. O sinergismo propõe que Deus precisa iniciar o processo da salvação, mas o ser humano o completa com sua cooperação. Tanto o semipelagianismo quanto o sinergismo enfatizam a livre escolha do ser humano. As duas posições estão fortemente representadas e difundidas em nosso país. O semipelagianismo é a posição oficial da Igreja Católica Romana, como o atestam os decretos do Concílio de Trento. O sinergismo, por sua vez, é ensinado pela maioria das assim chamadas igrejas evangélicas que, por exemplo, colocam no ser humano a possibilidade e a responsabilidade de “aceitar Jesus em seu coração”.

Os reformadores luteranos demonstraram que a Escritura Sagrada ensina o *sola gratia* e, ao fazê-lo, não deixam espaço para a participação humana na salvação. Isso fica especialmente claro no artigo sobre o livre arbítrio na Fórmula de Concórdia:

“. . .as Escrituras Sagradas atribuem a conversão, a fé em Cristo, o renascimento, a renovação e tudo o que pertence ao seu real início e

completamente, não às forças humanas do natural livre arbítrio, nem inteiramente, nem pela metade, nem na mínima ou mais insignificante parte, senão *in solidum*, isto é, totalmente e só, à operação divina e ao Espírito Santo...” (FC, DSç, II, 25).

Os reformadores insistiram que a graça está fora de nós. Ela é graça de Deus em Cristo. Atribuir a salvação a nós, por menor que seja a nossa participação, rouba Cristo de sua glória e nos priva da certeza da salvação. Além disso, o fato de a graça ser em Cristo nos alerta para não baratearmos a graça preciosa, obtida com o precioso sangue do Filho de Deus.

No mesmo artigo mencionado anteriormente, o dr. Preus alerta para erros surgidos no período moderno e que ele denomina de substitutos seculares para a graça. Ele menciona e analisa brevemente nomes como Hegel, Marx, Freud, Skinner e Edward O. Wilson, examinando suas teorias antropológicas propostas sob as perspectivas filosófica, econômica, psicológica, social e científica e conclui que todas estas teorias vêm a solução do problema humano em nós próprios.

“Assim como o pelagianismo e o sinergismo, elas encontram a solução em nós... O único avanço que estes sinergismos seculares oferecem sobre as formas antigas é que elas funcionam melhor totalmente sem Deus. Pelo menos as antigas heresias permitiam que Deus fizesse o início ou providenciasse o fim de nossa salvação” (PREUS, pp. 212, 213).

Mas não apenas os substitutos seculares da graça constituem o problema em nossos dias. Mesmo no contexto religioso, pessoas ingênuas e desesperadas são constantemente manipuladas e enganadas por “vendedores da graça” que fazem comércio com o favor de Deus. Não apenas enganam e exploram o povo sofrido como também fazem com que o nome de Deus seja blasfemado entre os descrentes (cf. Rm 2.24).

Retornando aos reformadores luteranos, é preciso acrescentar mais um aspecto ao que eles ensinaram sobre o monergismo divino. A graça está em Deus. Ele é gracioso. Ele se inclina de forma amorosa em nossa direção. A pergunta que resta é: Onde eu encontro o Deus gracioso? A Escritura Sagrada responde: O Deus gracioso só pode ser encontrado onde ele nos ordenou que o procurássemos e onde ele prometeu estar presente, isto é, nos meios da graça. Estes meios são a Palavra de Deus, o Batismo e a Santa Ceia. Por estes meios somos recebidos na graça e, se cairmos da graça, podemos retornar arrependidos e ser restaurados por estes meios (cf. BECK, 1987, p. 64ss).

A graça precede à fé. Não somos salvos **por causa** da fé, mas sim por causa de Cristo, por graça, por intermédio da fé.

3. Somente pela fé o ser humano recebe o perdão em Cristo (*Sola Fide*)

A Bíblia fala muito em fé tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. O próprio Jesus falou muito em crer e ter fé, incluindo a muito conhecida afirmação registrada em João 3.16: “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito,

para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”. Nos dias da Reforma, a fé foi objeto de muita controvérsia e, possivelmente, um dos aspectos mais lembrados em relação à Reforma seja o fato da (re) descoberta de Lutero de que somos salvos pela fé e não pelas obras. Em nossos dias, muito se fala de fé, mas parece que pouco se entende de fé em seu sentido bíblico. Às vezes, a fé é confundida com uma convicção produzida por empenho e esforço humano. Às vezes, nivela-se fé com dúvida: “Não tenho certeza, mas creio que sim”. Outras vezes, a fé é contraposta desforavelmente a conhecimento. A fé, então, seria apenas uma convicção subjetiva que carece de confirmação científica.

Lutero se deparou com muito desconhecimento e incompreensão em relação à doutrina da fé e afirmou em uma de suas pregações: “Esta doutrina da fé e salvação é a doutrina crucial e ela não pode ser dominada num momento, mas deve ser, antes, continuamente ensinada e promovida” (In: KLUG, p. 134). E, em seu prefácio à Epístola aos Romanos, ele escreveu: “Fé não é a ilusão e o sonho humano que muitos acham que é. E quando veem que não acontece uma melhoria de vida nem boas obras e, ainda assim, muito ouvem e falam da fé, caem no erro de dizer que a fé não é suficiente, que é preciso fazer obras, se é que se quer ficar justo e ser salvo. A consequência disso é que, ao ouvirem o Evangelho, agem precipitadamente e, por esforço próprio, criam um pensamento no coração que diz ‘Eu creio’. Isso eles então consideram uma fé verdadeira. Mas, assim como isso não passa de fantasia e pensamento humano que jamais atinge o fundo do coração, também nada ocasiona, tampouco se segue uma melhoria” (Osel. 8, 132-133).

Robert Kolb e Charles Arand, partindo da exposição de Lutero referente ao primeiro mandamento, mostram que a fé é algo inerente ao ser humano. A questão não é se alguém crê ou não crê. A questão é em que ou em quem ele coloca sua confiança. Se ele opta por crer em qualquer coisa ou ser que não seja o Deus Criador, ele acaba cometendo idolatria. A perda da fé deixa o ser humano entregue aos seus próprios recursos. Ele, então, não quer e não consegue mais receber as dádivas de Deus. Mesmo depois que Deus já providenciou a salvação em Cristo, o ser humano considera muito arriscado viver somente pela fé na justiça de Cristo. Sua disposição e atitude egocêntrica o leva a querer contribuir para sua justificação diante de Deus criando, então, suas “teologias da glória”. As teologias de autoglorificação do ser humano não deixam Deus ser Deus, mas querem domesticá-lo e manipulá-lo. Em segundo lugar, essas teologias inflam a importância da capacidade e da ação humana em querer conquistar o favor de Deus e, em terceiro lugar, elas diminuem a importância e o valor do próximo considerando praticamente todas as pessoas descartáveis, exceto ele próprio. As obras que o ser humano decaído faz são, na maioria, feitas em seu próprio benefício e para conquistar o favor de Deus. Nas teologias da glória sobra pouco espaço para atender as necessidades do próximo (KOLB e ARAND, 2008, pp. 78-83).

Mas, afinal, o que é fé de acordo com a Escritura Sagrada? A fé cristã é fé em Cristo. A fé apreende e possui Cristo com todas as suas dádivas: perdão, vida e salvação. Somos salvos “por causa de Cristo, pela fé”. Somente Cristo fez satisfação pelos nossos

pecados. Somente pela fé nós nos apropriamos da graça de Deus e da absolvição obtida para nós pela satisfação de Cristo. A única maneira de receber as dádivas obtidas para nós por Cristo é por meio da fé.

Acusado pela Lei, o pecador olha para si mesmo e percebe a justiça de sua condenação, pois ele é culpado perante Deus. O Evangelho, por sua vez, o faz olhar “para fora de si”, para Cristo, e ver apenas nele justiça e salvação. Pela fé, o pecador se apropria dessa justiça externa, e esta lhe é imputada como sua própria justiça diante de Deus. A fé nos justifica e nos dá verdadeira liberdade. Ela nos livra da Lei e de suas exigências, acusações e condenações.

A fé não nos salva por alguma qualidade inerente, mas, sim, por nos colocar em relação com Cristo. Perdemos o foco e nos submetemos a confusões e distorções sempre que separamos fé e Cristo. O “**somente** pela fé” exclui todo e qualquer foco na atuação humana, seja na obtenção ou na preservação da salvação. O foco está em Cristo, na sua obra de satisfação da justiça de Deus e, portanto, da obtenção da reconciliação, do favor de Deus e de nossa salvação. Dizer que somos salvos somente pela fé equivale a dizer que somos salvos somente por causa de Cristo. É importante, também, salientar que a fé não apenas nos justifica (inicialmente) mas continua sendo nossa justiça diante de Deus. Em outras palavras, a salvação se torna nossa pela fé e nós permanecemos salvos somente pela fé. Não é assim que, depois de justificados, ficamos por nossa conta ou mérito. Dizer que somos salvos somente pela fé significa, portanto, atribuir toda a glória a Cristo. Pois crer significa receber a dádiva prometida no Evangelho que anuncia os benefícios obtidos para nós por Cristo.

Parece fácil? Não é assim, afirma Lutero num sermão sobre João 16.5-15:

“Pois a doutrina da fé é difícil de compreender e não é tão facilmente aprendida como sonham espíritos inexperientes... Oh, é uma arte difícil desesperar assim de si próprio e abandonar tudo o que se tem de sua boa ou má vida e apegar-se somente à palavra de Cristo e entregar corpo e alma por ela. ... Apenas tenta fazê-lo seriamente e em verdadeiro conflito de consciência e você vai experimentá-lo. Pois o diabo e nossa própria natureza e tantas seitas e doutrinas falsas lutam com excessiva força contra ela” (In: LENKER 1995, p. 164).

O *sola fide* da Reforma foi fortemente contestado por defensores de um conceito de fé bem diverso elaborado e vigente na Idade Média. De acordo com este conceito, a fé é formada pelo amor. Somente uma fé avivada pelo amor poderia produzir as boas obras e conquistar os méritos válidos perante Deus para obter a salvação. O Concílio de Trento (1545-1563) anatematizou o ensino de que somos salvos somente pela fé e oficializou a posição de que a justificação decorre da cooperação entre a graça de Deus e as obras meritórias do crente.

O ensino de que as boas obras ocupam um lugar importante na obtenção de nossa salvação não foi deixado para trás em algum século passado. Esse continua sendo o ensino oficial do catolicismo romano. O teólogo católico romano Daniel Olivier afirma textualmente: “Mesmo ainda hoje, o católico não está pronto para renunciar o valor meritório das boas obras” (OLIVIER 1982, p. 93). Em outras denominações, mesmo em

igrejas que se identificam como “evangélicas”, a doutrina da salvação por obras, embora negada verbalmente, ingressa “pela porta dos fundos”, por assim dizer. Isso acontece sempre que se exige algo do cristão para que Deus lhe seja favorável ou para que lhe conceda suas bênçãos.

Atualmente, o conceito de fé vem sendo pervertido de várias maneiras. Uma delas apregoa a fé como uma força interna: “Você precisa ter fé. Se você tiver fé suficiente, vai superar seus problemas”. “Se você tiver fé, vai ficar curado”. Promessas semelhantes a essas são feitas diariamente por uma grande legião de pregadores. Se o resultado prometido não se concretiza, é porque faltou fé. O conceito de fé que transparece nessas promessas é o de uma convicção produzida por esforço humano. O foco está no ser humano e na qualidade de sua fé. Ela se caracteriza como uma fé na própria fé em vez de uma fé na promessa do Evangelho. Muitas vezes, a fé é transformada em objeto de barganha com Deus: se tenho fé, posso determinar a bênção que Deus é obrigado a me dar. Para alguns, ter fé equivale a ter sucesso, a ser um vitorioso. Uma tal visão de fé passa longe do conceito escriturístico de fé salvadora. Ela perde de vista a centralidade de Cristo e de sua obra salvadora por nós. Ela resulta de uma antropologia falsa e carece de total clareza no que diz respeito à doutrina da justificação. Seu resultado é o farisaísmo, ou então o desespero e até mesmo a revolta contra Deus.

Uma das expressões latinas que nossos dogmáticos empregam para definir a fé refere-se a ela como *medium leaptikón*. Essa expressão quer ressaltar o monergismo divino ao caracterizar a fé como sendo apenas um meio de recepção da dádiva de Deus. Deus oferece e concede suas dádivas. A fé as recebe e se apropria delas. O favor de Deus não é obtido pela fé forte ou produtora de muitos frutos, mas pela fé que se apega ao objeto certo.

Uma compreensão correta de fé justificadora pressupõe uma compreensão correta de antropologia. Quem precisa da fé justificadora é o ser humano pecador, perdido e condenado, sob a ira de Deus. Este pecador é acolhido pela graça de Deus e considerado justo por causa de Cristo. Este pecador, que não tem nada de aceitável por si próprio para oferecer a Deus, recebe pela fé a dádiva do perdão gratuito, por causa de Cristo. Resta saber como se obtém essa fé.

Uma fé produzida por iniciativa ou força humana é ilusória e falsa. Diz Lutero: “Assim, a fé não vem senão exclusivamente pela Palavra de Deus ou Evangelho que prega a Cristo como Filho de Deus e pessoa humana, morto e ressurreto em nosso favor” (Osel. 8, 131). E na sua conhecida explicação do 3º Artigo do Credo Apostólico, Lutero confessa:

“Creio que por minha própria razão ou força não posso crer em Jesus Cristo, meu Senhor, nem vir a ele. Mas o Espírito Santo me chamou pelo evangelho, iluminou com seus dons, santificou e conservou na verdadeira fé. Assim também chama, congrega, ilumina e santifica toda a cristandade na terra, e em Jesus Cristo a conserva na verdadeira e única fé”.

A fé verdadeira é concedida por Deus Espírito Santo pelo evangelho, ou seja, pelos meios da graça: Palavra de Deus, Santo Batismo e Santa Ceia. Isso exclui qualquer força,

obra ou mérito nosso. Sendo assim, é necessário que o Evangelho chegue às pessoas. Pois, como pergunta o apóstolo: “como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue?” (Rm 10.14). A fé precisa ser pregada e ensinada e, por essa razão, Deus instituiu o ofício do ministério, e cabe à igreja preparar, chamar e enviar pregadores, ministros de Cristo.

A fé se caracteriza primordialmente por sua verticalidade. Ela une o crente a Cristo e seus benefícios. Mas a fé também se reflete na horizontalidade, no relacionamento do crente com seu próximo. Lutero insistiu muitas vezes que a fé produz obras ou, então, que a verdadeira fé é ativa no amor. Nessa insistência, ele chega a ser enfático e contundente como mostra o exemplo a seguir:

“Fé, entretanto, é uma obra divina em nós que nos modifica e nos faz renascer de Deus, Jo 1[.13], mata o velho Adão, transforma-nos em pessoas bem diferentes de coração, sentimento, mentalidade e todas as forças, e traz consigo o Espírito Santo. Ah, há algo muito vivo, atuante, efetivo e poderoso na fé, a ponto de não ser possível que ela cesse de praticar o bem. Ela também não pergunta se há boas obras a fazer, e sim, antes que surja a pergunta, ela já as realizou e sempre está a realizar. Quem, porém, não realiza tais obras, é pessoa sem fé que anda às apalpadelas à procura de fé e de boas obras e nem sabe o que é fé nem boas obras e, ainda, fica falando muito e conversando fiado sobre as mesmas” (Osel. 8, 133).

Na época da Reforma, havia teólogos que afirmavam que as boas obras são necessárias para a salvação, enquanto que outros, no extremo oposto, afirmavam que elas são prejudiciais para a salvação (cf. FC, IV). O erro dos dois extremos pode ser aclarado com uma ilustração proveniente do reino da botânica. Uma videira é uma videira desde seu nascimento. Ela não precisa começar a produzir uvas para tornar-se uma videira. Mas uma boa videira vai produzir frutos a seu tempo. Essas uvas não são, de maneira alguma, prejudiciais à sua identidade como videira. Elas são uma consequência natural do seu “ser videira”. Elas nem aumentam, nem diminuem o seu “ser videira”.

Para os reformadores luteranos, as obras são os frutos naturais da fé, cujo objetivo é louvar a Deus e ajudar o próximo (BECK 1987, p. 43). Por isso Lutero insiste também na necessidade de distinguir bem a função de fé e obras. Obras devem permanecer aqui embaixo, na terra, servindo ao próximo, enquanto que a fé sobe ao alto, tratando diretamente com Deus, recebendo dele o perdão, vida e salvação que são oferecidos em Cristo pelo Evangelho (In: KLUG, 139).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"2017: Vou viver e anunciar o que o Senhor tem feito! Na vida como herdeiro da Reforma"

Lutero nos lembra que temos uma justiça ativa perante o mundo. Essa justiça, exercida na nossa vocação diária, é o espaço das obras, da lei e da razão. A justiça passiva, que temos diante de Deus, não é conquistada por nós, mas nos é oferecida e concedida gratuitamente por Deus no Evangelho. A insistência nos *so/as* — somente a Escritura, somente por graça, somente pela fé — visa excluir qualquer ideia de

participação humana na obtenção da salvação ou da justificação perante Deus. Nesse relacionamento, nos lembra Lutero, somos mendigos. Recebemos sem mérito próprio o que Deus nos concede gratuitamente.

Como celebraremos o jubileu da Reforma? Querer aproveitar esta ocasião para propagar ideias e ensinamentos que distorcem ou, até mesmo, são frontalmente contrários aos ensinamentos que Lutero defendeu arduamente, não honra a memória do reformador, mas a afronta. Para celebrar adequadamente os 500 anos da Reforma como seus herdeiros legítimos, precisamos assumir o compromisso de crer, ensinar e confessar a doutrina da Reforma. Isso requer e pressupõe, entre outras coisas, um estudo sério e permanente das Confissões Luteranas, que resumem o ensino da Escritura Sagrada de forma magistral, e que, por isso, no seu caráter de *norma normata*, nos servem como guia e parâmetro de nossa confessionalidade bíblico-luterana.

BIBLIOGRAFIA

BECK, Nestor. **The Doctrine of Faith**. St. Louis: Concordia, 1987.

FORELL, George W. **Fé Ativa no Amor**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1977.

KLUG, Eugene F. A. (Ed.). **The Complete Sermons of Martin Luther**. Grand Rapids: Baker Books, 2000, v.6.

KOLB, Robert; ARAND, Charles P. **The Genius of Luther's Theology**. Grand Rapids: Baker Academic, 2008.

LENKER, John Nichols (Ed.). **The Complete Sermons of Martin Luther**. Grand Rapids: Baker Books, 1995, v.2.1-2.

LIVRO DE CONCÓRDIA. 3ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1983.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987ss, v.1-12.

MUELLER, John Theodore. **Dogmática Cristã**. 4ed. Porto Alegre: Concórdia, 2004.

OLIVIER, Daniel. **Luther's Faith: The Cause of the Gospel in the Church**. Tradução de John Tonkin. St. Louis: Concordia, 1982.

PREUS, J. A. O. "Sola Gratia: God's gracious favor for the people of God in a secular world". In: **O Povo de Deus: Estudos Teológicos em Homenagem ao Dr. Acir Rayman pelos 40 Anos no Seminário Concórdia**. Porto Alegre: Concórdia, 2014, p.203.

WATSON, Philip S. **Deixa Deus ser Deus**. Tradução de Paulo Flor. Canoas: Editora da ULBRA, 2005.

WOLF, Manfred. **Mais uma Pergunta, Dr. Lutero... Entrevista com o Reformador**. São Leopoldo: Sinodal, 2011.

Paulo Wille Buss
Professor de História Eclesiástica no Seminário Concórdia e Ulbra
pwb@hotmail.com